

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA TRILHA DA ESPERANÇA

Abordagem teológico-bíblica

*Klaus da Silva Raupp**

Resumo

Este artigo apresenta uma abordagem teológico-bíblica de um tema atualmente muito em voga, qual seja o desenvolvimento sustentável. A questão que se quis responder, nessa perspectiva, foi: seremos capazes de garantir a sobrevivência do planeta? Nesse sentido, o autor segue o chamado método “ver-julgar-agir”, partindo (1) de uma breve compreensão do funcionamento do modo capitalista de produção (em sua lógica imanente), seguindo (2) na análise de duas diferentes noções de domínio (Gn 1,28) e finalizando (3) na busca de caminhos éticos possíveis de superação do modelo econômico e da noção de domínio hoje vigentes.

Palavras-chave: *Desenvolvimento sustentável. Capitalismo. Domínio. Amor. Serviço. Ecologia profunda.*

Abstract

This article presents a biblical-theological approach to a topic currently in vogue, which is a sustainable development. The question we wanted to answer, from this perspective, was: will we be able to ensure the survival of the planet? In this way, the author follows the so-called method “see-judge-act”, starting (1) with a brief understanding of the functioning of capitalist mode of production (in its immanent logic), going ahead (2) with the analysis of two different concepts for domain (Gn 1,28), and ending (3)

* Leigo, casado e pai; natural de Florianópolis, SC; atualmente estuda nos Estados Unidos da América, de onde também trabalha à distância; advogado (bacharel em Direito pela UFSC); bacharel em Administração pela ESAG/UNESC; cursou as disciplinas das áreas de Teologia Bíblica e Sistemática no ITESC; Mestre em Teologia (área de concentração: teologia sistemática) pela PUCRS, com orientação do Frei Dr. Luiz Carlos Susin; Professor de Teologia (ITESC e PUCPR/FLN) e palestrante em matéria tributária e na área teológica. E-mail para contato: ksraupp@matrix.com.br.

with the search of possible ethical ways to overcome the economic model and the concept of domain present today.

Keywords: *Sustainable development. Capitalism. Domain. Love. Service. Deep ecology.*

Introdução

Inicialmente, cabe destacar que o presente texto é fruto da assessoria teológica ministrada no 9º Curso Ecumênico de Pastoral Popular, realizado em Esteio (RS), de 11 a 14 de junho de 2009, e organizado pelo Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, bem como promovido pelo mesmo CECA e outras entidades irmãs na missão evangelizadora (AEC, CARITAS, CEBI, CONIC e CPT).

Assim sendo, para situar o leitor em face do tema ora refletido, é mais que pertinente ressaltar a essência da atividade do CECA, que é a formação e a articulação que estimule, via educação não formal, o desenvolvimento de consciências críticas diante das múltiplas formas de desigualdade e opressão. Da mesma forma, a sua missão, que é a de contribuir para a transformação social e para a construção de uma sociedade democrática (justa e participativa), numa perspectiva ecumênica.

Quanto aos objetivos estabelecidos para o 9º Curso Ecumênico de Pastoral Popular, foram os seguintes: analisar a conjuntura econômica, política e religiosa; analisar os modelos de desenvolvimento e identificar os princípios que apontam para formas sustentáveis de desenvolvimento; ser um espaço de motivação para a então Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010 (Economia e Vida – Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro – Mt 6,24); e despertar lideranças para a atuação ecumênica.

Nesse contexto, portanto, é que se procurou situar a presente abordagem teológica para o tema “desenvolvimento sustentável na trilha da esperança”, diante dos eixos transversais do mesmo encontro (meio ambiente, políticas públicas e participação cidadã), sendo que o ponto de partida escolhido foi justamente a questão de provocação lançada para motivar o próprio encontro: Seremos capazes de garantir a sobrevivência do Planeta?

O texto segue distribuído conforme a metodologia consagrada pela *Gaudium et Spes*¹ e pela Teologia da Libertação, qual seja a do ver (apresentando a análise da realidade atual), julgar (apresentando a reflexão teológica sobre a referida realidade) e agir (apresentando alternativas concretas de ação diante da mesma realidade, o que se dá no âmbito da ética).

1. Constituição Pastoral do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja no mundo atual (de então), de 1965.

Vendo a realidade: O capitalismo é, ainda, o modo de produção atual

Depois que se conheceu a “virada hermenêutica”, trazida pelos filósofos do início do século XX, e que logo chegou ao mundo dos estudos bíblicos e teológicos, não mais coube desconsiderar as condições históricas que interferem não só nas realidades, mas também na compreensão das mesmas. Em outras palavras, é necessário inserir toda interpretação num contexto, pois não há dado “puro”, uma vez que em tudo sempre interferem os fatores “climáticos” do ambiente. Toda linguagem é antecedida por um discurso, e este por uma interpretação, a qual, pois, não se dá fora de um determinado contexto.

Quando se pretende falar em desenvolvimento sustentável, em pleno século XXI, e diante de uma natureza bastante ameaçada², não há, pois, como desconsiderar o contexto econômico no qual a vida é atualmente produzida, sob pena de se incorrer numa fala assaz deslocada das realidades que, mesmo que não se percebam facilmente, estão na origem dos problemas ecológicos (bem como dos culturais, sociais e políticos), a dizer, numa fala alienada. Ademais, cuidar da casa é tarefa não só da ecologia, mas também da economia.

Os muitos veículos da mídia atual alertam insistentemente sobre a crise econômica (tratada equivocadamente, aliás, como crise financeira) e a crise ambiental. Mas raramente expõem as razões que dão causa inicial aos mais variados problemas enfrentados pela humanidade desde o advento da modernidade industrial. A crise ambiental, portanto, precisa ser abordada como crise do capitalismo, modo de produção cuja dinâmica se move na direção da acumulação infinita, quando os recursos de todo tipo são finitos.

Observando-se o mundo real, vê-se, pois, que o capitalismo, infelizmente, ainda é o modo de produção da vida atualmente, e isso desde o seu efetivo advento, que remonta ao século XIX e ao auge da Revolução Industrial. Mas suas origens são anteriores, remontando ao expansionismo colonizador dos séculos XV e XVI, ao surgimento das cidades, à revolução burguesa e ao liberalismo dos séculos XVII e XVIII, e assim por diante³.

Assim, na tentativa de ver a realidade, faz-se necessário considerar aquilo que o historiador Fernand Braudel classifica como estruturas históricas de “longa duração”, em cuja compreensão se insere o capitalismo. Braudel diz que o tempo é evento, conjuntura e estrutura, mas sustenta que as estruturas é que permanecem. Assim, não é adequado que a análise da realidade seja apenas uma análise

2. É possível afirmar que há uma crise ecológica sem precedentes. Os dados nesse sentido já são bastante conhecidos e constituem objeto de muitos estudos. Uma simples pesquisa na internet permite constatações alarmantes sobre o atual quadro de degradação ambiental e as conseqüentes – embora indesejáveis – mudanças nos fatores da natureza, como o clima (aquecimento global), a água (poluição e escassez), o ar (poluição e doenças), o solo (poluição e desertificação) etc.

3. Vide quadro no final do artigo.

de conjuntura, pois redundaria numa análise “órfã” das origens dos processos históricos atuais e, por conseguinte, menos precisa, ou menos “real”. Para esse autor, o domínio do capitalismo não se dá exclusivamente no contexto da Revolução Industrial, mas desde a Idade Média, e sendo ele uma realidade diferenciada daquelas que chama de economia de mercado e de não economia⁴.

De fato, a dinâmica do capitalismo não é a do livre mercado, como equivocadamente se afirma atualmente, em face do que se entende por neoliberalismo. Em verdade, não se nega que o ambiente neoliberal é aquele no qual o capitalismo melhor se desenvolve, mas estando longe de ser o que determina sua dinâmica, como dito. A dinâmica do capitalismo é a da mais-valia, como se detalhará adiante. Tudo isso restou mais uma vez demonstrado nesta famigerada crise econômica (conjuntura atual), em que precisamente os Estados intervieram em socorro do capitalismo⁵, para salvá-lo, numa demonstração empírica cabal de que o livre mercado nada fez para regular o tão desejado equilíbrio econômico. Como explicar, por exemplo, a enorme intervenção estatal norte-americana nessa crise, tendo sido injetados mais de três trilhões de dólares⁶ nas empresas em quebra, seja por seu Governo (tanto de George W. Bush, como de Barack Obama), seja por seu Banco Central (o *Federal Reserve*), como uma política neoliberal? Não é o neoliberalismo que sustenta o Estado mínimo e a capacidade dos comportamentos individuais (de oferta e procura) de autorregular o equilíbrio econômico? Não foi o que se viu desde 20 de setembro de 2008, contudo. E não foi à toa o discurso constringido de Alan Greenspan, ex-presidente do *Federal Reserve*, reconhecendo forçadamente a incapacidade do livre mercado regular os efeitos da crise do capitalismo⁷.

Quem, pois, deu-se ao trabalho científico de compreender e descrever o funcionamento da indústria moderna e do modo de produção capitalista foi Karl Marx, especialmente em “O Capital”⁸. De sua profunda análise, depreende-se que o elemento central (o “código genético”) da sociedade capitalista é o assalariamento, ou seja, a venda da força de trabalho. É a relação (social) entre proprietários dos meios de produção (capitalistas) e os não proprietários dos meios

4. Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 197.

5. Nesse sentido, cf. BENJAMIM, Cesar. Karl Marx manda lembranças. *Folha de S. Paulo*, 20 de set. de 2008.

6. Números equivalentes a três PIBs brasileiros, isto é, a três vezes a riqueza oficialmente produzida no Brasil em um ano.

7. Discurso (em 23/10/2008) ao Comitê de Supervisão e Reforma do Governo, principal comissão de inquérito da Câmara dos Representantes dos EUA, que tem competência para investigar qualquer programa federal e qualquer assunto com implicações políticas federais.

8. Cf. a edição brasileira de O Capital (MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Para essa leitura aqui apresentada, cf. tb. os trabalhos do Prof. Dr. Idaletto Malvezzi Aued, ex-professor de Economia Marxista na UFSC.

de produção (assalariados), que caracteriza esse modo econômico de produção. Ou seja, é a mais-valia (que é uma relação social) que dá o assento da sociedade burguesa. É a mais-valia que imprime o modo de produzir a existência no capitalismo. Contudo, ela não possui uma expressão que a revele, assim como o capital. Aparecendo como troca de equivalentes (em forma de mercadoria e dinheiro), a mais-valia se manifesta pelo seu contrário (troca de não equivalentes). É a mais-valia, pois, que imprime à jornada de trabalho a natureza capitalista (e não o valor de uso)⁹, sendo que a produção capitalista, então, é produção e reprodução das relações capitalistas: proprietários privados dos meios de produção e não proprietários privados dos meios de produção.

Na dinâmica da sociedade capitalista, compram-se mercadorias por valor abaixo daquele do tempo social¹⁰ necessário para produzi-la. Esta foi uma “sacada” revolucionária daqueles novos tempos, uma vez que, em exemplo de hoje, é muito mais barato comprar o telefone celular que se usa do que produzi-lo por conta própria, sendo que aí se encontrou a oportunidade para o capitalista, neste modelo, de produzir e reproduzir o capital. O lucro vem a ser o fruto do trabalho excedente¹¹ da classe trabalhadora do passado, e o salário o fruto do trabalho excedente da classe trabalhadora do presente¹², sendo que Marx aponta que ambos se subtraem, não se somam. Manter e ampliar a propriedade privada burguesa é sempre a meta da classe capitalista, a dizer, transformar dinheiro em mais dinheiro. Em todo dia e lugar em que se produz mais-valia, nasce o capital e a sociedade capitalista. Como o capital não tem forma, podendo adquirir qualquer uma, somente decompondo o processo de produção é que se desvela essa realidade como ela é, até chegar aos seus elementos essenciais. Dentro da produção é que se desvela que uma parte do trabalho é salário e outra parte do trabalho é lucro e que ambos se subtraem.

No que foi dito sobre transformar dinheiro em mais dinheiro, tem-se que a dinâmica do modo de produção capitalista é a da ampliação do trabalho excedente e a subtração do trabalho necessário. Contudo, inexistindo a mais-valia, deixa de existir o modo de produção capitalista, donde se afirma que os assalariados não produzem apenas na sociedade capitalista e ela própria, mas também a sua

9. Daí por que a redução da jornada de trabalho não necessariamente significa a ruptura com o modo de produção capitalista.

10. Na sociedade capitalista, ninguém produz sozinho a sua existência, mas tem cota-parte no trabalho social, ainda que o trabalho social não seja exclusivo do capitalismo; o capitalista compra individualmente a força de trabalho, por exemplo, mas recebe socialmente o seu produto.

11. A mais-valia não é o trabalho excedente, mas a relação social que nele se funda, entre capitalistas e trabalhadores/assalariados; só porque existe essa relação é que se mantém o modo de produção capitalista; nessa linha, vale ressaltar que o modo de produção capitalista não se funda na jornada de trabalho em si, mas nesse trabalho excedente.

12. O trabalho passado corresponde ao capital constante, e o trabalho presente corresponde ao capital variável (trabalho necessário) e à mais-valia (trabalho excedente); esses são nutrientes do modo de produção capitalista.

própria negação. A ampliação do capital cria as condições mesmas de sua degeneração, diante da sua centralização. Ao produzirem na sociedade capitalista, gerando salário e lucro, os trabalhadores produzem a própria sociedade capitalista, com sua relação entre capitalistas e assalariados, assim como a negação da mesma, diante da consequente centralização do capital, esta que gradativamente impede a produção de mais lucro e salário.

O processo histórico que se dá com o advento da maquinaria e da indústria moderna, que Marx cientificamente observou, revela a trajetória da aplicação de uma nova base produtiva não mais assentada sobre os homens, mas sobre as máquinas; a dizer, na aplicação tecnológica da ciência à produção da mais-valia relativa. A indústria moderna, pois, produz alguns efeitos sobre o trabalhador, quais sejam a apropriação das forças de trabalho subsidiárias pelo capital, o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho.

Mas trabalha-se para o capital. É um engano achar que o capitalista produz para satisfazer as necessidades dos consumidores, e que os assalariados trabalham para a sua subsistência. No modo de produção capitalista, os esforços de ambos se dirigem à produção e à ampliação do capital. Satisfação de necessidades, subsistência etc. são meras consequências desse processo. É imperioso dizer que a satisfação dos consumidores e a subsistência das pessoas em geral bem poderiam, e podem, se realizar de outro modo¹³, se outra fosse a relação social vigente. Isto é, sem que fosse gerando mais-valia e capital e permitindo, inclusive, um aproveitamento diferente do tempo livre que restaria e que corresponde ao trabalho excedente. Pois o trabalho, no capitalismo, é realizado não para a subsistência de ninguém, mas para a geração da mais-valia e do capital, e sempre mais continuamente; seria, quem sabe, um tempo para a humanidade realmente viver para si mesma, e não para o capital... um tempo para o chamado ócio criativo... Por sua própria imanência, contudo, o modo de produção capitalista é o modo de produção da acumulação e do desperdício, e precisa ser destrutivo para que possa produzir e produzir-se sempre mais, em que pese se negue nesse mesmo processo histórico.

Logo, é mais que necessário questionar se é possível falar em sustentabilidade no contexto desse modo de produção da vida, voltado para o capital e a sua ampliação, gerando necessariamente acumulação e desperdício em projeção infinita, o que parece claramente inviável, como vimos.

É difícil perceber isso, pois exige uma visibilidade além das aparências, não habitual ao senso comum, donde se conclui acerca da dificuldade da compreensão das categorias marxistas, bem como da necessidade da ciência. E não são poucas as noções preconceituosas, literalmente, noções havidas antes dos conceitos, acerca do conteúdo da análise filosófica, econômica e social feita por

13. “Todos ficaram satisfeitos e ainda sobraram doze cestos de pães e peixes...” (cf. Mc 6, 42-43).

Karl Marx, no século XIX. São elas frutos de uma sociedade, a capitalista, que conta com sua própria dinâmica, no que tange à produção dos meios da existência humana, mas cujos beneficiados (os capitalistas) por esse modo de produção não fazem muita questão de revelar à própria sociedade os segredos dessa dinâmica. E na versão cultural atual do sempre mesmo capitalismo, por muitos chamada de pós-modernidade, ainda maior é a superficialidade reinante, no âmbito do conhecimento, na sociedade midiática e do espetáculo, de muita imagem e de muita aparência, da emoção sobre a razão (e sobre a própria fé!) e de pouca atenção às coisas como elas são¹⁴. Importa aqui dizer, inclusive, que utilizar as “lentes” de Marx para ver e compreender o mundo real não significa se tornar marxista, mas fazer uso dessa mediação socioanalítica da realidade, como de tantas outras se faz na construção da teologia, enquanto fé que pede inteligência, e inteligência que não se faz fora de um contexto, como já salientado.

A bem da verdade, vale lembrar, como o famoso autor francês de livros infantis¹⁵, que o essencial é invisível aos olhos. De fato, o mundo das imagens e das aparências não explica o processo há muito em curso na humanidade, especialmente desde o início do século XIX. É a história quem comprova que, desde o advento da indústria moderna, outro não é o modo de se produzir a existência humana senão o capitalismo. E ninguém, desde então, foi capaz de tão profundamente descrevê-lo, justamente porque o fez de modo científico, como Marx.

Veja-se o exemplo da tão propalada “atual crise financeira”¹⁶. Em verdade, é a previsível “crise” do próprio capitalismo, o qual cria as condições materiais de sua própria degeneração, uma vez que requer sempre capitais adicionais para se manter, a dizer, a acumulação passa a ser a lei principal de uma sociedade capitalista, e é imanente a ela, bem como sustentada pela composição orgânica do capital¹⁷, tendo um nível de emprego a ela adequado. Exemplo visível da acumulação é a centralização¹⁸, que é uma de suas formas, e se dá pela incorporação de um capital pelo outro, como nas fusões, muito em voga neste momento de crise, inclusive (“qualquer semelhança não é mera coincidência”). E a centralização,

14. Nesse sentido ver RAUPP, Klaus da Silva. *Ser humano cristão nos dias atuais: um estudo das dimensões constitutivas do ser humano, em face da sua autocompreensão nos tempos hipermodernos, à luz da antropologia teológica cristã desde Gaudium et Spes*. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008 (disponível na página na internet da Biblioteca da PUCRS).

15. Antoine de Saint-Exupéry, autor, dentre outros, de “O Pequeno Príncipe”.

16. Considerar o fato da ausência de explicações criteriosas na mídia dominante, toda tomada pelo discurso neoclássico (neoliberal).

17. Essa composição que relaciona meios de produção e força de trabalho é técnica. Ela “nutre” o capitalismo; e o “código genético” deste é formado por capital constante, capital variável e mais-valia, os quais só se revelam por uma análise científica da produção, o que Marx fez.

18. A centralização não se confunde com a concentração, que é outra forma de acumulação do capital, e que se dá pela transformação dos meios de produção e da força de trabalho em monopólio de um capitalista. Porém, mesmo não se confundindo, estão imbricadas, pois a concentração é efeito da centralização.

uma vez que impede a produção do lucro e do salário, gera a própria negação da sociedade capitalista. Daí a “crise”, em grande síntese. Portanto, só mesmo detalhando as diferenças, pela ciência, é que se consegue compreender as realidades que movem o mundo, tais como elas são. E Marx o fez, após a completa manifestação do fenômeno da indústria moderna, tanto compreendendo seu fruto, como entendendo a dinâmica do modo de produção capitalista, do “gen” da semente ao fruto, e à própria reprodução do mesmo, assim como à sua negação.

A questão é que, não raramente, as explicações econômicas se restringem ao mundo da circulação ou do mercado, que existe, sem dúvida, mas não explica como se produz a mais-valia. Na circulação, isto é, nas leis do valor, da equivalência e da troca, está uma mera aparência, cuja essência só se revela a partir da produção. Daí a crítica marxista à economia política. Não é o fato de tudo se transformar em mercadoria que informa o modo como se produz a existência humana, mas sim a relação entre aqueles que são proprietários dos meios de produção (capitalistas) e aqueles que não o são (trabalhadores/assalariados), o que se verifica na produção.

Para Marx, o valor, na sociedade capitalista, é relação social, e não valor de uso ou valor de troca. O valor de troca é apenas a forma do valor, que possui também uma substância (que é trabalho humano abstrato) e uma medida (que é o tempo de trabalho socialmente necessário). No valor de troca, está a aparência; no valor, como relação social de mais-valia, a essência. E esse valor é a aparência do capital. Logo, há os fetiches, tanto da mercadoria (inversão da relação valor e valor de troca), como do capital (o salário). Coisificam-se as relações entre os homens, e humanizam-se as relações entre as coisas. Porém, ser capitalista não é possuir mercadorias ou dinheiro, mas transformar mercadorias em dinheiro, e dinheiro em mais-valia. O mundo das mercadorias e do dinheiro é aparência, e faz-se mister adentrar na produção para ver e compreender as relações que efetivamente produzem a sociedade em que vivemos, que é a sociedade capitalista, pautada pelas relações de mais-valia. A força de trabalho, como mercadoria capaz de produzir para além da sobrevivência humana (excedente), é a materialidade que permite a existência da sociedade capitalista, pois traz em si a natureza do capital. E somente haverá a superação dessa sociedade quando a força de trabalho deixar de ser mercadoria.

Nunca é demais, portanto, insistir na pergunta: sem superar historicamente a sociedade capitalista, que funciona segundo a lógica do capital, que é a lógica da sua acumulação, destruição e do desperdício¹⁹, é possível falar com honestidade científica em sustentabilidade? Ou, perguntado de outro modo, “a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável [não se] constituem em metáforas

19. Para o capitalista, o que importa é produzir e vender sempre mais, não importando se para poucos sobre muito e se para muitos falte muito mais. Pelo contrário, como as necessidades do estômago são limitadas, é necessário criar necessidades, o que se exerce no domínio da propaganda e da publicidade, isso para que se produza e se venda sempre mais, em vista de gerar a mais-valia e o capital, continuamente. Essa é a imanência do modo de produção capitalista, que independe da vontade do próprio capitalista individualmente considerado.

e ideologias nas quais se fundamenta o discurso que sustenta, hoje, o modo de produção capitalista²⁰?

A geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, na conferência de abertura do 21º Congresso Anual da SOTER²¹, cujo tema foi a sustentabilidade da vida e a espiritualidade, apontou respostas para as questões acima:

A compreensão do discurso da sustentabilidade, como ele é construído e adere aos desígnios do modo de produção, é um dos objetivos desta reflexão. O reino permanente do mercado, logo a busca incessante da escassez, *não comporta a sustentabilidade* [grifo nosso]. Os modos e meio de vida não conseguem jamais superar o modo de produção, a não ser quando se transformam em coadjuvantes, como é o caso do consumo²².

E acrescentou:

A sustentabilidade é, hoje, o discurso político poderoso e falacioso²³ como foi outrora aquele do desenvolvimento, no qual os países pobres acreditaram por mais de meio século. Nesse caso, contrariamente à sua proposta, os países aumentaram o número de pobres e a pobreza alcançou classes que se imaginavam protegidas das perversidades de um modo de produção que tem na sua essência a preocupação com o mercado²⁴ e não com a humanidade, ou seja, a vida no planeta. Caso contrário, com todas as descobertas realizadas, especialmente no contraditório século XX, muitas das perversidades que atingem os pobres não teriam sido minimizadas? O caminho político do modo de produção, malgrado a reciclagem dos discursos, permanece o mesmo: a busca do lucro, a extração da mais-valia, agora facilitada pelos meios técnicos, dando-se em escala mundial, e um imenso e acelerado processo de segregação socioespacial²⁵.

20. Cf. SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 5.

21. Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, que reúne teólogos e cientistas da religião no Brasil.

22. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: panorama mundial. O planeta e as metáforas. In: SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 15-16.

23. Um exemplo dessa falácia é demonstrado pelo economista chileno Manfred Max-Neef, que criou um interessante conceito para medir a resistência do planeta à manipulação antrópica (pela ação do homem), expressa em termos de energia per capita: o “*ecoson*”, ou “*ecological person*”. E, desmistificando a ideia de que os países mais pobres, por serem os mais populosos, seriam os mais poluidores, apresenta o dado de que um habitante médio norte-americano consome 35 vezes mais *ecosons* que um habitante médio de um país pobre populoso.

24. Mais preciso seria dizer preocupação com o capital, diante do que já foi observado anteriormente.

25. SOUZA, op. cit., p. 16.

Ademais, refletindo sobre os espaços da globalização, que também é uma noção que deve inspirar cuidados, a autora afirma que “*sustentabilidade* é a nova palavra de ordem para tudo e todos”²⁶, e que houve um deslocamento astucioso da questão social para a questão ambiental, num momento em que o capitalismo passava por uma “recaída”:

Essa foi a magistral saída política do mundo capitalista: a montagem de um poderoso discurso fundamentado numa falácia: a defesa do planeta, do verde, dos animais em extinção, em detrimento da discussão do avanço da história humana em benefício da maioria... Essa é uma discussão séria e complexa que precisa ser acompanhada da compreensão do desenvolvimento científico, tecnológico e informacional, do papel das guerras nesse processo e do centro nevrálgico de tudo isso que é a manutenção de um modo de produção que, fundamentado na política, vai-se tornando hegemônico, rápido e voraz²⁷.

De fato, será que vige verdadeiramente, por exemplo, uma nova consciência ecológica nos grandes atores da economia capitalista, responsáveis pelo grosso tanto da acumulação, como da degradação. Ambiental? Ou a ética apregoada é de mero *marketing*, que além de não favorecer efetivamente a plena solidariedade e o pleno cuidado, contribui para a manutenção do *status quo* vigente, tal como se dá em práticas assistencialistas.

Eis, pois, uma realidade que aflige. Mas, como cristãos, é necessário seguir caminhando na trilha da esperança. E, diante desse culto permanente ao “deus-capital”, urge uma palavra da teologia que a todos inspire para ver o mundo (a criação) com os olhos do Deus da Vida.

Julgando teológico-bíblicamente a realidade: Por uma nova lógica de domínio, a lógica do amor

No âmbito do “ver”, discorreu-se sobre o domínio capitalista ainda vigente no mundo de hoje. Não sem tristeza se constata que a cultura ocidental, principalmente, e notadamente após o advento do modo capitalista de produção, apropriou-se desviadamente do conhecido mandato de Deus à humanidade, presente no relato sacerdotal da criação: o domínio sobre a terra e tudo que sobre ela existe (Gn 1,28), como se fora um domínio de livre exploração, apropriação esta que também é fruto de uma compreensão dualista, platônica e cartesiana, das realidades.

26. Ibidem, p. 25.

27. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: panorama mundial. O planeta e as metáforas. In: SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*, p. 26.

Segundo Luiz Carlos Susin, em sua preciosa e pertinente conferência de encerramento do mesmo 21º Congresso Anual da SOTER, da qual nos serviremos abundantemente nesta parte do texto, “uma boa teologia é aquela que tem condições de ajudar a formar uma cultura de comunhão e uma cosmovisão de convivência que possam ser aceitas e assumidas com responsabilidade ética por todos, e sejam condizentes com os demais requisitos de sustentabilidade”²⁸.

Nesse sentido é que aqui se propõe, como ponto de partida para a abordagem teológica do tema, a recuperação do eixo que liga o diálogo das origens (em Gênesis) e o diálogo da despedida (na Ceia, por João), estes que são, sob o prisma do texto escrito (não sob o prisma histórico-crítico, é claro), o primeiro e o último mandatos postos na própria boca de Deus: *dominai* (Gn 1,28) e *amai* (Jo 15,12). Deus, em seu amor infinito, não mandaria o homem explorar a terra de modo utilitarista. Urge, portanto, recuperar a noção de domínio em linha com a noção de amor, ambos mandatos de Deus à humanidade.

As próprias leis presentes no relato sacerdotal de Gn 1,1–2,4a, como a fecundidade, a dominação e o sábado, remetem à compreensão ora pretendida.

No que se refere à fecundidade, importa à humanidade voltar seu olhar filial à “mãe Terra que nos sustenta e governa”, como nos sugere pensar e dizer Susin. “Ela é a nossa grande mãe comum, *pachamama*, portanto somos realmente filhos da Terra, sustentados por seu seio”. Essa compreensão, que privilegia um “estar contemplador” a um “ser conquistador”, efetivamente, inverte a relação com a Terra, fazendo concluir, inclusive, que não será no contexto de um modelo de predador que se vai gerar uma perspectiva real de desenvolvimento sustentável. Como sugere Leonardo Boff, não é limando os dentes do lobo que se diminui sua ferocidade²⁹. Há que se reconhecer³⁰ a mãe Terra como tal, e comportar-se como filhos e filhas. E acrescenta Susin:

Então, nossa relação, mais do que de domínio, é de entrega, de nutrição e descanso, como a de um filho nos braços de sua mãe. É uma lição cultural de sustentabilidade: estar junto às demais formas de vida e com a mãe Terra, mais do que ser agigantando-se em detrimento de outros e da terra. Crescer não significa passar da infância do estar à autonomia soberana do ser em detrimento da relação originária de filhos em relação à mãe Terra. Crescer é acrescentar a responsabilidade filial e adulta por ela. Sustentabilidade desde uma relação intercultural, aprendendo de diferentes cosmovisões e de suas experiências e tradições espirituais como se relacionar com a Ter-

28. SUSIN, Luiz Carlos. Mãe Terra que nos sustenta e governa: por uma teologia da sustentabilidade. In: SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*, p. 199.

29. BOFF, Leonardo. Ética e espiritualidade planetárias. In: SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*, p. 176.

30. Uma possível etimologia de reconhecer, vinda do francês “connaître”, sugere um “re-nascer-com-ela”.

ra, como viver em comunidade humana e, enfim, como ser feliz, significa também uma virada na metodologia: abordar a matéria desde o espírito, o visível desde o invisível, a Terra desde o céu, a criação desde o Criador. As tradições religiosas falam da “mente de Deus” antes e depois das ciências. Em uma palavra: a espiritualidade é *essencial* para a sustentabilidade. Ela garante a seriedade sacra da responsabilidade pela mãe Terra³¹.

É mister, pois, nesse sentido, falar em conversão (*metanóia*), que é mudança de caminho, no que concerne ao modo de produção da vida que se realiza, o capitalista, e no qual a Terra seja realmente um lugar teológico prioritário, a fim de que ela mesma “inspire e torne toda a teologia cristã apta para a sua missão na criação da sustentabilidade de que necessitamos”³². Mais que isso:

É necessária uma complexa interação das três formas de exercício de pessoa – alteridade, reciprocidade, maternidade – para uma contribuição com inspiração cristã e medida humana à sustentabilidade. *Reconhecer que somos sustentados e que somos chamados a sustentar quem nos sustenta* [grifo nosso], assimetria e irreciprocidade confiante na experiência de que desde a mãe Terra recebemos dons irreciprocamente, é um bom começo. Alteridade e autonomia, face a face e reciprocidade, maternidade sustentadora e irrecíproca se reclamam numa dialética tripolar contínua não só em termos da divina Trindade, mas de humanidade e, nesta época da história de Deus e da criação, de toda criaturalidade³³.

Nessa perspectiva da fecundidade e do reconhecimento da mãe Terra como quem nos sustenta e governa, é mais que inspiradora a figura de Francisco de Assis, que, em sua abertura ao mundo, como ser humano ecológico, foi um verdadeiro amante da natureza, tratando-a como uma parte de si, numa profunda alteridade, bem como com reciprocidade, e mesmo maternidade. Moribundo, ainda chegou a compor o Cântico das Criaturas ou Cântico do Irmão Sol, verdadeiro louvor a Deus por toda a obra da criação, o qual também quis legar à humanidade inteira. Francisco de Assis aponta justamente o amor filial à criação como o pressuposto para o seu uso – pela técnica, pelo trabalho etc –, bem como para o seu devido cuidado.

Diante disso, outra deve ser a noção de domínio, longe de ser de dominação. Uma noção de domínio, como mandamento divino, que deve estar em linha, como dito num eixo de ligação entre elas, com a noção do mandamento divino por excelência, o do amor. *Dominai* (Gn 1,28) e *amai* (Jo 15,12) são mandatos de

31. SUSIN, Luiz Carlos. Mãe Terra que nos sustenta e governa: por uma teologia da sustentabilidade. In: SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*, p. 201.

32. Ibidem, p. 202.

33. Ibidem, p. 213-214.

Deus à humanidade, que precisam ser inseparavelmente compreendidos, como rodas num mesmo eixo que levam o veículo numa mesma direção e para um mesmo sentido.

Esse sentido é o do senhorio de serviço. *Dominus* significa Senhor, e o próprio Cristo, segundo o relato joanino da Ceia, ao frisar que os discípulos o chamavam de mestre e senhor, não só lhes confirmou sua condição, como lhes mostrou o que ela significa e implica: “Se eu, que sou o mestre e o senhor, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros; eu vos dei o exemplo, para que façais o que eu fiz” (Jo 13,14-15). Dominar, portanto, é servir. Buscar a igualdade de oportunidades entre as pessoas, através de um amor extremo, como o de Jesus de Nazaré. Trata-se de um domínio quenótico, de quem verdadeiramente assume as dores atuais da Terra. Um domínio de quem se despoja, doando-se, portanto, e não se apropriando. Trata-se de uma relação, que, diferentemente da exploração capitalista, é pautada em princípios de fraternidade.

Cristo, o homem novo, portanto, é o critério desse amor e seu Evangelho é o critério. Segui-lo, exatamente na contramão da história³⁴, é viver seu amor, em perspectiva mística e ética, como uma opção à lógica do capital ou a qualquer outra lógica absolutizante. A lógica do senhorio (domínio) de Cristo, que é a do amor, é a lógica da relacionalidade, bem como a lógica do Reino de Deus, que ele anunciou, e cujas situações a ele contrárias, como é hoje o modo capitalista de produção, ele denunciou.

No dizer de Moltmann, Jesus irmanou-se aos miseráveis, no mistério do Emanuel (Deus conosco)³⁵, e se irmana à Terra, hoje pobre de cuidado. Jesus é o ser humano por excelência, plenamente relacional, igual a nós, seres humanos, em tudo, menos no pecado (Hb 4,15). Ele é a máxima possibilidade para o ser humano, aquele que é como o ser humano mas é chamado a ser. Jesus é quem convida para uma vida digna e feliz, correspondente à originalidade da criação e plena de realização e sentido³⁶. Ele traduz, em sua vida, o perfeito equilíbrio na integração-inclusão das dimensões da relacionalidade humana, mas não sem conflitos, como as tentações, os sentimentos de abandono e a própria cruz o demonstram. Jesus é a plena realização e o pleno caminho do ser humano, não conhecendo o egoísmo, nem o imediatismo. Nele, o pecado fez um “curto-circuito”, foi interrompido, não penetrou em sua vida³⁷. Como diz Queiruga:

34. Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus, na contramão*. São Paulo: Paulinas, 2009.

35. MOLTSMANN, J. *El hombre: antropología cristiana en los conflictos del presente*. Salamanca: Sigueme, 1973, p. 36.

36. Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Síntese das contribuições recebidas. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007, p. 54-63.

37. Cf. 2 Cor 5,21: “aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus”.

O longo processo no qual o homem como ser emergente chega ultimamente a si mesmo a partir do encontro com Deus, que se lhe comunica livremente, alcança em Cristo sua plenitude insuperável; plenitude da qual, mediante ele, participa na história a comunidade dos crentes. (...) Se em Cristo falamos de plenitude, significa que a possibilidade humana é exercida nele até o extremo. Cristo como plenitude da revelação quer dizer então que nele acontece de modo insuperável e total o encontro revelador de Deus e o homem. Em outras palavras: a livre decisão divina de comunicar-se totalmente e sem reservas à humanidade encontra em Cristo uma abertura total e sem reservas. Cristo é o homem capaz de experimentar em toda sua radicalidade a presença ativa de Deus que se nos quer dar, e capaz também de acolhê-la com a entrega absoluta de sua liberdade. Constitui, pois, o caso culminante e insuperável desse processo pelo que o homem como ser emergente alcança sua realização última no encontro com Deus, que em Cristo aparece como o que livremente e desde sempre quis dar-se ao homem com um amor irrevogável e definitivamente salvador. Tomado com toda seriedade, isto significa algo enorme em sua simplicidade: *tudo antes de Cristo foi caminho rumo a Ele, tudo depois de Cristo é viver a partir dele*³⁸.

Assim sendo, como critério da plena relacionalidade que todos somos chamados a viver, em vista de nossa realização pessoal e coletiva, e diante da natureza ameaçada, Jesus nos convoca a cuidar da terra. A integralidade do ser humano passa pela relação com o mundo, até porque sua ligação com a terra remonta às origens (*húmus* – terra fecunda; *adamah* – terra fértil³⁹). E a sua libertação integral pressupõe a libertação da terra⁴⁰.

Daí, a importância do paradigma *holístico*⁴¹, bem como de se valorizar a consciência ecológica. Nesse prisma, “o ser humano é considerado de maneira integrada, superando-se os dualismos clássicos e modernos”, bem como “é visto como um sistema vivo relacionado de múltiplas maneiras com os outros seres humanos e com o ecossistema vital do qual faz parte”⁴². É preciso compreender as realidades, inclusive para transformá-las, não por partes divididas, como no dua-

38. TORRES QUEIRUGA, A. *A revelação de Deus na realização humana*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 239; 241.

39. Cf. BOFF, L. Duas utopias urgentes para o século XXI. In: SUSIN, L.C. (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 241.

40. Cf. *ibidem*, p. 240.

41. SUSIN, L.C. *A criação de Deus: Deus e criação*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 17.

42. RUBIO, A.G. Novos rumos da antropologia teológica cristã. In: RUBIO, A.G. (org.). *O humano integrado: abordagens de antropologia teológica*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 279-280.

lismo, mas em seu todo (do grego *hólon*), em sua globalidade ou integralidade, já que tudo tem a ver com tudo, e todas as relações são recíprocas, pelo que se fala em rede de relações ou em “teia” viva⁴³.

E acrescenta Susin que é na ecologia, onde se ocupa da casa comum, que reside o melhor exemplo de holismo, daí se falar em holismo ecológico – ou paradigma ecológico –, nas seguintes bases:

(...) tudo concorre para que formemos, como planeta Terra, um grande *organismo vivo, que se alimenta nos minerais, que brota nos vegetais, que respira nos animais, que se espiritualiza nos humanos, mas de forma unitária, em que o espírito, o respiro, o florescimento, a nutrição estão em todos os níveis. (...) O holismo ecológico considera a mútua referência do ser humano e da terra ou do universo interpenetrados, de tal forma que nos compreendemos como filhos da terra, somos poeira estelar, e carregamos dentro de nós o universo inteiro. O paradigma ecológico reconduz os seres humanos a uma reconciliação com as demais criaturas da terra e do universo. Entre outros méritos, este paradigma abre o ser humano, arvorado soberbamente em centro e ápice do universo no malfadado antropocentrismo, para a relação ecológica criatural, filial e fraternal⁴⁴.*

Sobre tal paradigma e a própria noção de ecologia Leonardo Boff complementa, dizendo que se faz necessário um novo olhar sobre a natureza, a qual deve ser vista como “ambiente inteiro”, lugar da comunidade de vida, onde todo ser humano é um membro ao lado de muitos outros⁴⁵. É a utopia da salvaguarda da casa comum. E Gesché fala em uma salvaguarda teologal, pela qual o ser humano possa tornar a terra um lugar mais convívio ao *Logos* divino, a fim de poder alcançar a plenitude de sua existência, como “viventem-à-imagem-do-Logos, isto é, como *zoon logikon*”⁴⁶.

Todos são chamados a cuidar da terra, crendo-se que “o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano”⁴⁷, e que a terra, com a qual ele possui seu vínculo originário, pede a sua compaixão. Isto é, que o ser humano sinta em si a dor e o sofrimento da criação inteira, e pelo seu cuidado reste solidariamente obrigado, vinculado que é umbilicalmente à “mãe Terra”. Esse cuidado deve ser tanto global, com o planeta, que é a única morada de que dispõe o ser humano na história,

43. Cf. SUSIN, op. cit., p. 18.

44. Ibidem, p. 18-19.

45. Cf. BOFF, L. Duas utopias urgentes para o século XXI. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*, p. 241.

46. GESCHÉ, A. *O cosmo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 86-87.

47. Cf. BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 34.

como local, com o nicho específico onde ele está situado, além de dever ser um cuidado em vista de uma verdadeira sustentabilidade⁴⁸.

No que concerne ao sábado, essa sustentabilidade não pode deixar de acolher a necessidade de um momento sabático do crescimento econômico desenfreado, na linha do que Moltmann chama de descanso ecológico⁴⁹. A terra, e mesmo o mercado, dispõe de abundância de bens; e falar em escassez é outra grande falácia do discurso dominante. O que ocorre é que a distribuição dos bens da vida – o alimento, a saúde, a educação, a moradia, o transporte, a segurança e o lazer –, no modo capitalista de produção, é feita segundo um princípio de darwinismo econômico, e não de solidariedade. Logo, antes de se falar em crescer, na linha do velho mito moderno do progresso, urge falar em distribuir os bens que são hoje abundantes, noutra lógica econômica, e permitindo que a criação descanse, em seu “sábado”, desse ritmo sempre acelerado de geração do capital, que é acumulador, desperdiçador e destruidor, como visto acima.

Agindo eticamente diante da realidade: Um outro mundo, felizmente, é possível

“Vovô, quando eu vejo uma pessoa sofrendo eu soffro também. O meu coração fica junto ao coração dela...”⁵⁰. É assim que Rubem Alves, ao citar uma fala de sua neta Camila, definiu compaixão e ética. Em vista de um outro mundo possível, a terra clama por tantos quantos sofram junto com ela, e sejam éticos.

O *slogan* do Fórum Social Mundial é claro: um *outro* mundo é possível. Deve existir uma terceira via⁵¹, especialmente como alternativa a esse modo de produção da vida falido, que é o capitalismo, tal como a história demonstrou em 2008, mais uma vez. Essa ética aqui vislumbrada, portanto, não se admite de-

48. Cf. *ibidem*, p. 133-138. “Desenvolvimento sustentável” é a expressão mais ouvida nas constantes relações que hoje se fazem entre progresso econômico e cuidado do meio ambiente. Mas cabe registrar que toda perspectiva de desenvolvimento econômico deve estar preocupada com a sustentabilidade real, e não de mero *marketing*. Define-se a expressão como “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”. Cf. O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em: <http://www.wwf.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimentosustentavel/index.cfm>. Acesso em: 19 de dez. de 2007.

49. Cf. MOLTSMANN, J. *Deus na Criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 419.

50. Disponível em: <http://www.rubemalves.com.br/meucoracaoficajuntoaoacoracaodela.htm>. Acesso em: 23 de mai. de 2009.

51. Uma alternativa econômica que vem ganhando força, mundialmente, a partir de várias experiências nesse sentido, é a da socioeconomia solidária ou economia popular e solidária, a qual, inclusive, articula as quatro “ecos” (economia, ecologia, ecumenia e ecosofia), e que tem significativos reflexos no plano ambiental. Também se estuda, atualmente, nas ciências econômicas, o ecodesenvolvimento e a economia ambiental. Sobre essas áreas de conhecimento, recomendam-se os trabalhos do Prof. Dr. Armando Lisboa, da UFSC.

baixo do velho capitalismo de sempre, mas pede o novo. E, fora dela, é falacioso falar em sustentabilidade.

Logo, antes de tudo, é mister falar em ruptura, isto é, em superação do “relato” vigente, que é o capitalista, hoje, em contexto cultural pós e hipermoderno. A princípio, pode parecer mera utopia propor o fim do sistema capitalista, mas não só ele mesmo gera as condições de sua própria negação, como aqui se explicou brevemente, como também há caminhos outros de sua superação histórica.

Falar em fim do capitalismo, conforme explicado, pressupõe falar no fim da relação social de mais-valia, ou seja, afirmar que todos podem dispor livremente de todos os bens que são produzidos, e que o trabalho não se volte ao capital a partir do trabalho excedente, mas que o tempo que vai além do necessário para a subsistência de todos possa ser livremente utilizado pelas pessoas, em seu favor e da própria coletividade. Essa ruptura não significa abandonar os avanços da tecnologia, mas redirecioná-los, nem mesmo uma “uniformização geral”, sendo que, na supremacia da solidariedade e da *res publica*, devem ser respeitadas as liberdades individuais e as iniciativas nesse sentido.

O que não pode deixar de existir é a igualdade plena de oportunidades para todos, em qualquer lugar do mundo em que se esteja. Democracia, diz Mario Quintana, “é dar, a todos, o mesmo ponto de partida”⁵². Cabe, pois, diferenciar, como fez Norberto Bobbio, o que é democracia formal do que é democracia substancial⁵³. Na primeira, há mera liberdade de escolha, e o governo é do povo, mas não é para o povo; na última, há a possibilidade de participação, sendo que o governo é para o povo. Na sociedade neoliberal vive-se apenas a primeira, se é que se vive, sendo que sequer se dá espaço a tal diferenciação, nem mesmo à possibilidade – ainda que utópica – para que todos sobre a “aldeia global” tenham oportunidade real de acesso à totalidade dos bens da vida, senão à própria vida em abundância (cf. Jo 10,10).

Nesse sentido, a importância da esfera política e do direito. Importa uma desabsolutização do direito à propriedade, com ênfase nos direitos sociais e na função social da propriedade, assim como uma efetiva distribuição das riquezas, seja via tributação, seja via programas sociais, seja via ocupação da terra, seja via garantia efetiva dos direitos básicos de todos, como alimento, saúde, educação, moradia, transporte, segurança, lazer etc.

Cumpre, nessa perspectiva de ruptura, não perder de vista, em prisma macro, o sistema a ser superado. Esta é uma tarefa um tanto difícil depois dos tempos pós-modernos em que tudo é fragmento, mas necessária, pois o capitalismo é um grande relato, como dito, e segue ditando suas leis.

52. QUINTANA, M. Poesia Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 271.

53. Cf. BOBBIO, N. Dicionário de política. Volume 1 (A-K). Brasília: EdUnb, 1993, p. 319-329. Cf. tb. BOBBIO, N. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

Também importa considerar atitudes que são mais individualizadas, na esteira dos “pequenos relatos”, mas com sua importância na criação de consciências holísticas ecológicas, eticamente correspondentes, em torno daquilo que depende de cada um, em vista da “soma das partes”, embora não parece que se faça ruptura com o modo capitalista de produção dessa maneira.

Mas, reitere-se, são atitudes importantes, como o consumo consciente, prática que inclui valores como a simplicidade voluntária, o pós-materialismo e o ambientalismo⁵⁴. Um movimento bastante respeitável é o inglês *Live Simply*⁵⁵, ligado à CAFOD⁵⁶, que apresentou oficina no III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, em janeiro de 2009; o movimento sugere viver simplesmente, seja como “viva, simplesmente”, ou como “viva de modo simples”, propondo um novo estilo pessoal de vida, ligado à simplicidade evangélica, à sustentabilidade e à solidariedade junto aos mais pobres.

Nesse sentido, é pertinente o contraponto entre a “filosofia Dorothy Stang”, de “perguntar a nós mesmos o que precisamos, e não o que queremos”⁵⁷, em vista de preservar e ter um planeta saudável, e a “filosofia Victoria Secret’s”, de “me dê tudo o que eu quero, e não o que eu preciso”⁵⁸, em vista da satisfação dos infundáveis desejos de consumo. Também o contraponto entre a postura de Dom Luiz Flavio Cappio, que mesmo a sua vida chegou a oferecer em favor da vida do rio São Francisco e do povo ribeirinho, no interior da Bahia, e a postura do então Ministro Geddel Vieira Lima, da Integração Regional, que afirmou que o gesto de Dom Luiz não era ético, nem democrático⁵⁹. Também a atitude do então Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, que defendeu políticas mais firmes contra os interesses devastadores da Amazônia, no caso do agronegócio, e a atitude da então Senadora Kátia Abreu, da chamada bancada ruralista, que procurou desqualificar o Ministro e suas iniciativas⁶⁰. Todos fatos dos últimos anos que demonstram de que lado se está, quando a questão é a efetiva sustentabilidade.

Ademais, não se pode esquecer a ecologia interior (*deep ecology*), como uma filosofia ecológica que realmente considera a humanidade apenas como uma parte integrante de todo o ambiente, o que não é pouco; isto é, como um fio na teia

54. Cf. Os perfis da vanguarda, em Notícias do Instituto Akatu / Consumo Consciente. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/central/noticias_akatu/2007/outubro/os-perfis-da-vanguarda>. Acesso em: 19 de dez. de 2007.

55. Cf. <http://www.livesimply.org.uk/>.

56. Catholic Agency for Overseas Development. Cf. <http://www.cafod.org.uk/>.

57. Cartas de Irmã Dorothy (vídeo). Belém: G2 Comunicações, 2008.

58. Inscrição no tapete da porta de entrada da loja Victoria Secret’s, em Nova York (EUA).

59. LIMA, Geddel Vieira. O inimigo número 1 da democracia. *Folha de S. Paulo*, 10 de dez. de 2007.

60. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,katia-abreu-chama-minc-de-alienado-e-recusa-dialogo,383042,0.htm>. Acesso em: 5 de jun. de 2009.

da vida, questionando os “porquês” dos impactos da vida humana sobre a biosfera, o que está em sintonia com a visão holística anteriormente mencionada, bem como em oposição ao antropocentrismo dualista que não raramente tem marcado a cultura ocidental.

Conclusão

Afinal, seremos capazes de garantir a sobrevivência do Planeta? A provocação inicial deve permanentemente “eco-ar”, a fim de que não se perca a capacidade de analisar a realidade como ela é, e de apontar caminhos teológicos e éticos, que permitam inspirar a humanidade na luta cotidiana pelo advento do Reino de Deus.

Mas, mesmo a ressurreição definitiva e a “consumação” escatológica, como libertação plena da humanidade e de toda a criação, pressupõem as libertações todas que se fazem necessárias na história, sendo que, hoje, notadamente desde o século XIX, a que mais se clama é a libertação do modo de produção capitalista, a maior expressão atual do anti-Reino, gerador que é de uma cultura idolátrica do deus-Capital e de morte. Como eco da Campanha da Fraternidade Ecumênica realizada em 2010, cabe nos perguntarmos a quem servimos, se é ao deus-Capital ou ao Deus da Vida.

Por fim, é inegável que falar em superação histórica do capitalismo e em advento do Reino de Deus, segundo a esperança cristã, é falar na utopia. Mas, como diz a canção de mesmo nome, sempre vai ser tão bonito ouvi-la cantada de novo, em vista da fraternidade e do reinado do povo. Ou como poetizou Mario Quintana, sobre a mesma utopia: “Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas”⁶¹.

Bibliografia

- BENJAMIM, Cesar. Karl Marx manda lembranças. *Folha de S. Paulo*, 20 de set. de 2008.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOBBIO, N. Dicionário de política. Volume 1 (A-K). Brasília: EdUnb, 1993.
- _____. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

61. QUINTANA, M. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 213.

- CARTAS DE IRMÃ DOROTHY (vídeo). Belém: G2 Comunicações, 2008.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Síntese das contribuições recebidas. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001.
- GESCHÉ, A. *O cosmo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- LIMA, Geddel Vieira. O inimigo número 1 da democracia. *Folha de S. Paulo*, 10 de dez. de 2007.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MESTERS, Carlos. *Com Jesus, na contramão*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- MOLTMANN, J. *Deus na Criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *El hombre: antropología cristiana en los conflictos del presente*. Salamanca: Sígueme, 1973.
- QUINTANA, M. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- RAUPP, Klaus da Silva. Ser humano cristão nos dias atuais: um estudo das dimensões constitutivas do ser humano, em face da sua autocompreensão nos tempos hipermodernos, à luz da antropologia teológica cristã desde *Gaudium et Spes*. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008 (disponível na página na internet da Biblioteca da PUCRS).
- RUBIO, A.G. (org.). *O humano integrado: abordagens de antropologia teológica*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- SUSIN, L.C. *A criação de Deus: Deus e criação*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TORRES QUEIRUGA, A. *A revelação de Deus na realização humana*. São Paulo: Paulus, 1995.

Páginas na internet

<http://sekom.sekom.nu/files/Manfred%20Max-Neef.pdf>

http://www.akatu.org.br/central/noticias_akatu/2007/outubro/os-perfis-da-vanguarda

<http://www.cafod.org.uk/>.

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,katia-abreu-chama-minc-de-alienado-e-recusa-dialogo,383042,0.htm>

<http://www.livesimply.org.uk/>.

http://www.pbs.org/newshour/bb/business/july-dec08/crisishearing_10-23.html

<http://www.rubemalves.com.br/meucoracaooficajuntoaocoracaodela.htm>

http://www.wwf.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimentosustentavel/index.cfm

Anexo

Conforme a nota de rodapé n. 4, a título ilustrativo, eis, no quadro abaixo, em síntese, os modos econômicos de produção conhecidos na história, pelo que se diferencia liberalismo (e neoliberalismo) de capitalismo, bem como intervencionismo estatal (e muito mais totalitarismo estatal) de socialismo, e pelo que se permite afirmar que nunca houve Estados efetivamente socialistas, segundo a correta noção deste modo de produção da vida:

Modo de produção	Características básicas
Comunal primitivo	<ul style="list-style-type: none"> – primeiro da história humana – fim do nomadismo; plantação, caça – uso coletivo dos meios de produção (famílias, tribos; cooperativismo)
Escravidão	<ul style="list-style-type: none"> – aparece a propriedade privada – senhores da terra proprietários dos escravos, inclusive – relações de domínio e de sujeição (forçada, até)
Asiático (impérios antigos)	<ul style="list-style-type: none"> – Estado forte – todos os bens pertenciam a esse Estado – figura forte do imperador ou rei
Feudalismo	<ul style="list-style-type: none"> – relações de senhorio e servidão (servos tinham direito a cultivar um pedaço da terra, para si e sua família) – servos trabalham e pagam impostos para os senhores – independência política dos feudos

Modo de produção	Características básicas
Mercantilismo	<ul style="list-style-type: none"> – ligado ao período dos metais (metalismo) – surgimento das cidades e da burguesia, bem como do Estado como mais ou menos o conhecemos hoje – intensificação do comércio (regime de trocas)
Liberalismo (não é exatamente um modo de produção, mas uma filosofia política e econômica)	<ul style="list-style-type: none"> – autoiniciativa (um “egoísmo positivo”), laissez-faire – crença no mercado como regulador das relações (oferta e procura geram o equilíbrio) – Estado deve se preocupar apenas com serviços básicos
Capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> – relação de mais-valia (capitalistas e assalariados / donos e não donos dos meios de produção) – trabalho (social médio) excedente gera a mais valia e o capital – acumulação, desperdício e destruição (como características iminentes)
Socialismo	<ul style="list-style-type: none"> – trabalhadores trabalham para si mesmos (propriedade coletiva dos meios de produção) – não há salário, nem lucro; todos participam dos frutos do trabalho – Estado operário; não unanimidade quanto à presença ou não do Estado regulando as relações